

Geólogo denunciou medida do DNPM

O Diário Oficial do dia 11 último, publicou 127 concessões do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) a empresas mineradoras para pesquisa mineral em várias áreas indígenas, incluindo 13 já demarcadas. Os grupos indígenas mais atingidos são os Waimiri-Atroari, Kaiapó, Yanomani, Auaré e Tukano. Nas áreas liberadas existem vários minérios como ouro, prata, cassiterita, tungstênio, zircão e até chumbo e cobre.

A denúncia foi feita no dia seguinte à publicação do diário, por funcionários da FUNAI, demitidos pelo novo presidente Álvaro Villas Boas, após um levantamento das autorizações publicadas e dos processos na FUNAI. "Alertamos que a presença de mineradores em áreas indígenas não só coloca em risco o patrimônio indígena mas, também, e principalmente, toda a existência do povo indígena", afirma em nota o antropólogo Ezequias Henrigher e os indigenistas Cláudio Romero, Porfírio Carvalho e Odenir Oliveira. Eles informaram que os processos de pesquisa tinham sido indeferidos pela FUNAI "e agora, na administração Álvaro Villas Boas, foram reconsiderados".

As áreas atingidas estão nos Estados do Maranhão, Rondônia, Mato Grosso, Pará, Goiás, Amazonas e territórios de Roraima e Amapá. Além das já demarcadas, foram atingidas cinco em processo de demarcação, 107 delimitadas e duas não identificadas, entre elas estão os parques Yanomani e Aripuanã.

— Além de burlar as leis pertinentes ao assunto, tal medida atrai a luta dos índios que sempre se posicionaram pela autonomia dos seus territórios, determinação apoiada por vários setores da sociedade e em várias ocasiões, afirmaram as intenções da atual administração da FUNAI, de agir "em detrimento do cumprimento, das leis de proteção às comunidades indígenas".

Na nota, eles fazem um apelo ao presidente Sarney para que mude "a política colocada em prática pelo Ministério do Interior", revogando os atos de concessões e reconduzindo a FUNAI "ao seu verdadeiro objetivo, que é a defesa intran-

sigente dos direitos e aspirações dos índios".

O Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, manifestou-se apreensivo com a autorização dada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) para o início de 127 projetos de pesquisa de mineração em áreas indígenas, cujos processos já haviam recebido parecer contrário da Fundação Nacional do Índio.

— Essas Autorizações, a se confirmarem, colidem com a definição do Governo de não admitir novas liberações para pesquisa ou mineração nas terras ocupadas pelos índios. Essa definição do Governo da Nova República foi objeto de entendimento com o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, acrescentou Costa Couto.

Informou que seu Ministério e a FUNAI estão "bastante apreensivos" com o assunto. "A Fundação continua com sua posição inalterada em relação ao assunto porque, consoante com as diretrizes do governo, posicionou-se contrária a quaisquer novas autorizações para atividades de mineração nas terras dos índios", prosseguiu Costa Couto.

Indagado se, apesar da autorização do DNPM, a FUNAI impediria a entrada das mineradoras em áreas indígenas, Costa Couto limitou-se a afirmar que "a proibição dessa atividade foi uma posição do Governo".

Depois da entrevista coletiva, Costa Couto telefonou para o ministro Aureliano Chaves, ratificando sua posição de não permitir a liberação de atividades de mineração em áreas indígenas. A assessoria de comunicação Social do MINTER, então, informou que os dois "Ministros salientaram que é irreversível a posição que ambos tornaram pública no início do Governo".

As autorizações concedidas pelo DNPM haviam recebido parecer contrário, no dia 06 de junho passado, do então diretor do Departamento de Patrimônio Indígena da FUNAI, Aureo Faleiros, demitido pelo presidente da Fundação, Álvaro Villas Boas, na última semana.

Belfort: apenas sete pedidos

"O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, detém um rígido controle na emissão de alvarás de pesquisa e lavra, respeitando as reservas indígenas definidas em decreto". A declaração é do diretor regional do órgão Idmilson Mesquita, ao comentar a denúncia feita por ex-funcionários da Funai, em Brasília, anteontem, de que 127 concessões de alvarás de pesquisa fornecidos pelo DNPM, e publicados no Diário Oficial, de quarta-feira, estariam em áreas indígenas, incluindo 13 já demarcadas. De acordo com notícias de Brasília, publicadas por A Província, o diretor geral do DNPM, José Belfort dos Santos Bastos, desmentiu a denúncia afirmando que foram apenas sete pedidos e que estes já foram indeferidos pelo ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia.

Idmilson Mesquita afirmou que o DNPM consulta previamente a Funai para saber se as áreas solicitadas nos requerimentos de alvarás não incluem reservas indígenas. Após parecer favorável é que o DNPM libera os alvarás. Idmilson ainda disse que se o departamento libera esses documentos em reservas é com a estrita permissão da Funai. O diretor regional comentou já ter entrado em contato com Brasília que garantiu a anulação das concessões caso confirme estarem em áreas indígenas.

Indagado sobre a presença da firma mineradora Brasinor na área dos índios Curuaia - Chipai, no rio Curua, Idmilson disse que "se a empresa está trabalhando na área o DNPM, certamente, não concedeu a autorização sem antes consultar a

Funai e caso se comprove a situação irregular de firmas trabalhando nessas áreas, o departamento tornará as autorizações nulas imediatamente".

Para Idmilson a maior dificuldade está no fato dessas áreas ainda não estarem demarcadas pois, mesmo consultando a Funai, as vezes ocorre dos índios já não estarem mais naquela região. Ele é de opinião que cabe ao DNPM, que é o maior interessado no caso, de reunir e definir a mineração nas reservas indígenas. Concorda que apesar do retorno imediato oferecido pela garimpagem, a mineração é um processo, duradouro e teria como reverter isso de uma forma mais distributiva aos índios.

O delegado da Funai, Salomão Santos, também concorda com esse ponto de vista e disse que a mineração seria menos danosa às reservas do que a garimpagem.

Salomão afirmou que nesses dois anos que está à frente da 2ª Delegacia Regional, não liberou nenhum parecer favorável para pesquisa mineral em área indígena.

Quanto ao problema da Brasinor, no rio Curua, Salomão contou que esta empresa conseguiu, há algum tempo atrás, uma carta do ex-presidente da Funai dizendo que aquela área não era reserva indígena, mas pedia, no entanto, para que resguardassem os direitos de João Lima, caboclo da região casado com uma legítima índia Curuaia-Chipai.

De acordo com as informações de Salomão a Funai em 86, deverá se preocupar em fazer um levantamento de todos os índios ribeirinhos, como é o caso dos

Curuaia e também da região do Tapajós, só assim a Funai terá mais controle sobre a situação, afirmou Salomão.

As reservas indígenas da área do Pará só possuem garimpagem, na reserva dos Kaiapó e Gorotire, por exemplo, mas nenhuma mineradora.

MADEIREIRAS

O delegado da Funai disse ontem que, somente após as investigações e a conclusão do relatório da Polícia Federal sobre as denúncias de que algumas firmas madeireiras estariam incitando os índios contra outros madeireiros, é que será decidido o cancelamento, ou não, do contrato mantido, pela Funai com a Serraria Sul do Pará, localizada a sudeste da reserva Kaiapó. Salomão manteve entendimentos ontem com o proprietário da serraria Adão Modesto Teodoro.

A partir do decreto 91.244/95 que estabelece os limites da reserva Kaiapó, ficou evidenciada a existência de madeiras atuando na região. Em 1984, os índios se rebelaram contra a fazenda Santa Cristina e a partir daí gerou o inconformismo dos índios. Em agosto, último, o DOPS resolveu investigar a área, contou Salomão, e foi daí que resultou no atrito de índios com a PM. Como alguns índios es-

tavam armados na fazenda Dourado localizada fora dos limites da reserva, a polícia recolheu as armas e isto gerou uma revolta na aldeia. Na época surgiu o boato da detenção desses índios, desmentido logo depois.

Tendo em vista todos esses conflitos, a Funai decidiu rescindir o contrato que mantinha com a Serraria Sul do Pará, no qual esta concedia 10% do valor da venda de 20 mil metros cúbicos de madeira aos índios. Segundo Salomão existem denúncias de que a serraria fornecia mais do que 10 por cento e estaria incitando os índios. Apesar do proprietário Adão Modesto ter alegado que possui na área um investimento de Cr\$36 milhões diários entre máquinas e pessoal, Salomão disse que "não é o prejuízo material que preocupa e sim a vida dos índios que está em jogo".

A Funai notificou todas as madeiras localizadas em áreas indígenas mas a IMPA e Itamarati se recusam a receber a notificação e continuam retirando madeira. As serrarias Rio Dourado, Ceba e Sul do Pará acataram as determinações da Funai e aguardam resultado das investigações.

(A Província do Pará)

Funai diz que controla

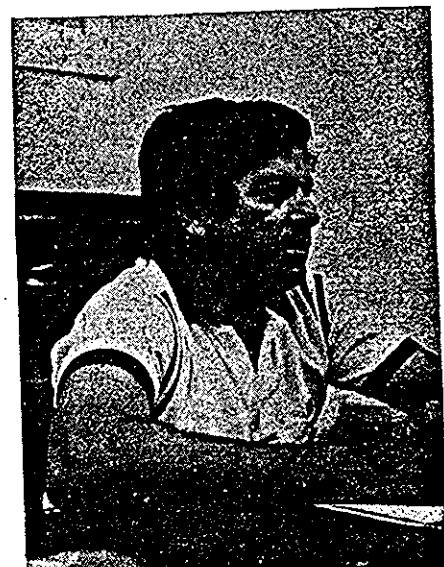
Foto: A Província do Pará

"Nestes últimos dois anos, posso afirmar que a Funai não forneceu nenhum parecer favorável à pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas. E, se hoje temos conhecimento de invasões em terras reservadas a eles, estas invasões estão sendo feitas por garimpeiros", afirmou Salomão Santos, diretor regional da Funai, ao ser instado a comentar as denúncias dos funcionários do órgão que foram demitidos pelo novo presidente, Álvaro Villas Boas.

No entanto, Salomão Santos afirma que somente no caso da Brasinor, que explora ouro em terras banhadas pelo rio Iriri e/ou seus tributários, é que estão atuando de maneira totalmente ilegal.

"No caso da Brasinor (uma mineradora, que está atuando naquela região do Xingu/Iriri), há uma questão que precisa ser definida de uma vez por todas. Eles alegam que a área onde estão atuando não registra a presença de índios. Mas isso não é verdade e o caso será devidamente estudado pelas autoridades. No momento, a empresa não está em atividade na área".

Salomão disse que um dos casos mais graves que a Funai vai enfrentar, diz respeito à população indígena, que vive às margens do Tapajós, no município de Itaituba e demais regiões. "Também está merecendo uma melhor avaliação a presença de mineradoras no rio Branco, permitida pelo cacique Pombo. O garimpo de ouro fica às proximidades do Projeto Tucumã e sabemos que as atividades ali são bem desen-



Salomão, da Funai

volvidas", declarou Salomão Santos.

Por outro lado, Salomão Santos entende que as mineradoras, se devidamente autorizadas a operar em território indígena, "causam menos problemas do que a ação da garimpagem. A garimpagem causa ao patrimônio indígena uma devastação muito grande. E, quase sempre, os índios são prejudicados. Perdem suas áreas de perambulação, de pesca e de coleta de frutos. E pior que isso, a garimpagem permite a passagem de um número incalculável de pessoas que, com certeza, contribuem para prejudicar a vida dos índios em seu habitat".

(A Província do Pará)